

EDITAL Nº 064/2015

PROCESSO SELETIVO EXTRAORDINÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS REMANESCENTES DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA, BACHARELADO E LICENCIATURA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, por intermédio da Pró-Reitoria de Ensino, faz saber, pelo presente Edital e seus anexos, que estarão abertas no período de **11 a 24 de março de 2015**, as inscrições para o Processo Seletivo Extraordinário para os CURSOS SUPERIORES DE BACHARELADO, LICENCIATURA e TECNOLOGIA para o primeiro semestre do ano letivo de 2015, **oferecidos, exclusivamente, aos portadores de Certificado de Conclusão do Ensino Médio, obtido por via regular, suplência ou curso equivalente, conforme Art. 5º do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, e que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos anos de 2012, 2013 ou 2014.**

1. DO PROCESSO SELETIVO, DO SISTEMA DE SELEÇÃO, ABERTURA E VALIDADE

1.1. O Instituto Federal de Goiás (IFG), criado pela Lei nº 11.892/2008 e em conformidade com as Leis n.º 9.394/1996 (LDB) e 12.711/2012, com os Decretos n.º 5.154/2004, n.º 5.773/2006 e n.º 7.824/2012 e de acordo com as Portarias Normativas nº 391/2002-MEC, n.º 40/2007-MEC e n.º 18/2012-MEC, com a devida retificação de seu Anexo I, além da Resolução n.º 19 de 26 de dezembro de 2011 do Conselho Superior do IFG, que aprova o Regulamento Acadêmico dos Cursos de Graduação, faz saber, pelo presente Edital e seus anexos, aprovado pela sua Reitoria e demais órgãos deliberativos, que, no período e local indicados nesse edital, estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Extraordinário 2015/1, visando o preenchimento de **167** (cento e sessenta e sete) vagas remanescentes para os cursos ministrados em seus câmpus.

1.2. O presente Processo Seletivo consiste na classificação de candidatos à **matrícula inicial** nos Cursos Superiores do IFG utilizando a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano de 2012, 2013 ou 2014.

1.3. **O Processo Seletivo está aberto exclusivamente aos portadores de Certificado de Conclusão do Ensino Médio obtido por via regular, suplência ou curso equivalente e que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos anos de 2012, 2013 ou 2014.**

1.4. A comprovação da conclusão do Ensino Médio deverá ser feita mediante apresentação do Histórico Escolar e do Certificado de Conclusão na data prevista para a efetivação da matrícula pelo candidato aprovado.

1.5. Os candidatos que não atenderem ao disposto no subitem 1.3 e que eventualmente participarem do Processo Seletivo ficam cientes que, em caso de aprovação e classificação, não terão direito à matrícula.

1.6. Os resultados Processo Seletivo serão válidos somente para o primeiro semestre letivo do ano de 2015.

1.7. O Processo Seletivo será realizado por dois sistemas de preenchimento de vagas: o Sistema Universal e a Reserva de Vagas (Lei 12.711/2012).

1.7.1. Concorrerão às vagas pelo Sistema Universal todos os candidatos que atendam ao item 1.3 do Edital, provenientes da Rede Privada de Ensino, incluindo as conveniadas, filantrópicas, comunitárias e confessionais, e os da Rede Pública de Ensino.

1.7.2. Todos os candidatos concorrerão inicialmente pelo Sistema Universal, inclusive os optantes pela Reserva de Vagas, ou seja, caso o candidato optante pela Reserva de Vagas possua pontuação suficiente para aprovação no Sistema Universal, será classificado nesse Sistema. Os candidatos optantes pela Reserva de Vagas que não atingiram pontuação para a classificação no Sistema Universal, concorrerão às vagas destinadas à Reserva de Vagas em que se inscreveram, observando as disposições do subitem 4.5.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição implica automaticamente o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas pelo IFG neste Edital, das quais o candidato ou o seu representante legal não poderá, em hipótese alguma, alegar desconhecimento.

2.2. As inscrições serão realizadas somente via Internet no endereço eletrônico <http://www.ifg.edu.br/selecao> a partir **do dia 11 de março até às 23h59min do dia 24 de março de 2015**, mediante os seguintes procedimentos:

- Preenchimento do Requerimento de Inscrição, conforme instruções contidas na página de inscrição;
- Preenchimento do Questionário Socioeconômico na página de inscrição, conforme Anexo V;
- Geração e impressão do Comprovante de Inscrição (boleto bancário de valor R\$ 0,00);

2.3. No preenchimento do Requerimento de Inscrição o candidato não poderá informar CPF de terceiro, pois é através dele que será realizada a consulta ao banco de dados do Ministério da Educação para validação e conhecimento das notas do ENEM.

2.4. Caso o candidato não informe seu próprio CPF ou caso os dados informados não constem na base de dados de participantes do ENEM em 2012, 2013 ou 2014, estará automaticamente eliminado do processo seletivo.

2.5. No ato da inscrição o candidato deverá optar por participar do Processo Seletivo pelo **Sistema Universal** OU pela **Reserva de Vagas** (Lei 12.711/2012).

2.5.1. O candidato que optar por participar do Processo Seletivo pela Reserva de Vagas (Lei 12.711/2012) deverá **obrigatoriamente**:

- a) Declarar que cursou integralmente o Ensino Médio em escola pública, **mediante comprovação no ato da matrícula.**
- b) Optar por participar como **membro de família com renda bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita** e, neste caso, comprovar essa declaração **no ato da matrícula, OU** optar por participar como **membro de família com renda bruta superior a 1,5 (salário mínimo per capita).**
- c) Optar por participar como candidato autodeclarado **preto, pardo ou indígena (PPI) OU como demais candidatos (DC).**

2.5.2. O candidato oriundo de escola pública que **NÃO** optar no ato da inscrição por participar do Processo Seletivo pela **Reserva de Vagas** (Lei 12.711/2012), ainda que atenda às exigências para participação nessa Ação Afirmativa, concorrerá, necessariamente, pelo Sistema Universal.

2.6. Por escolas públicas compreendem-se as instituições de ensino criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público, nos termos do inciso I, do artigo 19, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

2.6.1. As escolas pertencentes ao Sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SENART), escolas conveniadas ou ainda fundações ou instituições similares (mesmo que mantenham educação gratuita) **NÃO são consideradas instituições da Rede Pública de Ensino** para participação na Reserva de Vagas.

2.7. Somente poderão concorrer às vagas reservadas (Lei 12.711/2012) para estudantes de escola pública os candidatos que:

- a) Tenham cursado **integralmente** o Ensino Médio em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou
- b) Tenham obtido certificado de conclusão do Ensino Médio, com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, ou ainda de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, desde que apresentem documento escolar anterior que comprove que o candidato cursou o Ensino Fundamental ou Médio em Escola Pública (Resolução nº. 10, de 23/05/2012)

2.8. Não poderão participar da Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012) os candidatos que tenham, em algum momento do Ensino Médio, estudado em escolas particulares, ainda que com bolsa de estudos integral, e os candidatos que tenham estudado em escolas comunitárias, filantrópicas ou confessionais, as quais, nos termos do Art. 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), **são consideradas instituições privadas de ensino**, mesmo que a escola cursada pelo candidato seja mantida por convênio com o Poder Público.

2.8.1. Não poderá concorrer às vagas reservadas a candidatos oriundos de Escolas Públicas o candidato que tenha cursado o Ensino Médio, parcial ou integralmente, em escolas localizadas no exterior.

2.9. Após optar pelo disposto nos subitens 2.5 e 2.5.1., letras “a”, “b” e “c”, o candidato deverá escolher um dos câmpus e um dos cursos do IFG, conforme quadro de oferta de vagas do Anexo I.

2.10. Se o candidato efetivar mais de uma inscrição, somente a última será considerada para fins de seleção e classificação.

2.11. O Centro de Seleção não se responsabilizará por solicitação de inscrição não efetivada por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou de outros fatores alheios ao Centro de Seleção, que venham impossibilitar a transferência dos dados, ou ainda por falhas de impressão dos documentos relacionados no subitem 2.2.

2.12. Em nenhuma hipótese será admitida inscrição em caráter condicional, sendo de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas no requerimento de inscrição, em observância às normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

2.13. Não serão aceitas, em hipótese alguma, inscrições extemporâneas, por carta, pelos Correios, por fax ou qualquer outro meio diferente do disposto no subitem 2.2.

2.14. O candidato terá o período de **11 a 24 de março de 2015** para conferir e corrigir os dados informados no ato da inscrição. Caso haja alguma necessidade de correção de dados, **exceto curso e/ou modalidade de concorrência**, o candidato deverá fazê-la via Internet nesse período. Após esse prazo, serão considerados, para fins de impressão e publicação dos resultados, os dados constantes na ficha de inscrição do candidato preenchida via Internet.

2.15. O candidato deverá guardar, para possível necessidade de conferência, o Comprovante de Inscrição gerado no ato da inscrição (boleto bancário de valor R\$ 0,00).

2.16. A inscrição do candidato será cancelada automaticamente, a qualquer tempo, se verificadas inconsistências quanto aos requisitos fixados neste Edital.

3. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

3.1. Da Reserva de Vagas (Lei 12.711/2012)

3.1.1. O IFG reserva no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas dos Cursos Superiores de Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia a candidatos oriundos de Escolas Públicas, de acordo com a Lei 12.711/12, regulamentada pelo Decreto 7.824/12 e Portaria Normativa MEC 18/2012 que dispõem sobre a implementação da reserva de vagas nas instituições federais de ensino. O percentual remanescente destina-se ao Sistema Universal.

3.1.2. Por escola pública compreende-se a instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público, nos termos do inciso I, do artigo 19, da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

3.1.2.1. As escolas pertencentes ao Sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SENART), escolas conveniadas ou ainda fundações ou instituições similares (mesmo que mantenham educação gratuita) **NÃO** são consideradas instituições da Rede Pública de Ensino para participação na Reserva de Vagas (Lei 12.711/2012).

3.1.3. Somente poderão concorrer às vagas reservadas (Lei 12.711/2012) para estudantes de escola pública os candidatos que:

- a) Tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou
- b) Tenham obtido certificado de conclusão do Ensino Médio, com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, ou ainda de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, desde que apresentem documento escolar anterior que comprove que o candidato cursou o Ensino Fundamental ou Médio em Escola Pública (Resolução nº. 10, de 23/05/2012).

3.1.4. Não poderão participar da Reserva de Vagas (Lei 12.711/2012) os candidatos que tenham estudado, em algum momento do Ensino Médio, em escolas particulares, ainda que com bolsa de estudos integral, e os que tenham estudado em escolas comunitárias, filantrópicas ou confessionais, as quais, nos termos do Artigo 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20/12/1996), são consideradas instituições privadas de ensino, ainda que a escola cursada pelo candidato seja mantida por convênio com o Poder Público.

3.1.4.1. Não poderá concorrer às vagas reservadas a candidatos oriundos de Escolas Públicas o candidato que tenha cursado o Ensino Médio, parcial ou integralmente, em escolas localizadas no exterior.

3.3.5. Todos os candidatos que optarem, no ato da inscrição, por concorrer pela Reserva de Vagas (Lei 12.711/2012) deverão entregar cópia legível de documento oficial que comprove que cursou integralmente o Ensino Médio em escola(s) pública(s), no ato da matrícula.

3.1.5.1. Os candidatos inscritos pela Reserva de Vagas (Lei 12.711/2012) que não comprovarem documentalmente que são alunos oriundos de escola(s) pública(s) no ato da matrícula estarão automaticamente desclassificados e perderão o direito à vaga.

3.1.6. De acordo com a Lei 12.711/2012, Decreto 7.824/12, Portaria Normativa nº 18/2012-MEC e conforme o quadro de vagas disposto no Anexo I, do total de vagas reservadas a candidatos oriundos de escolas públicas, no mínimo 50% (cinquenta por cento) são destinados a candidatos com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita.

3.1.7. Das vagas reservadas de que trata o subitem 3.3.6, no mínimo 56,68% (cinquenta e seis vírgula sessenta e oito por cento) – Censo IBGE/2010 – são reservadas a candidatos oriundos de escolas públicas, autodeclarados

pretos, pardos ou indígenas (PPI). O restante é destinado aos demais candidatos (DC) oriundos de escolas públicas com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita.

3.1.8. O restante das vagas de que trata o subitem 3.3.6 é destinado a candidatos oriundos de escolas públicas com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita.

3.1.9. Das vagas de que trata o subitem 3.3.8, no mínimo 56,68% (cinquenta e seis vírgula sessenta e oito por cento) – Censo IBGE/2010 – são reservadas a candidatos oriundos de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI). O restante é destinado aos demais candidatos (DC) oriundos de escolas públicas com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita.

3.1.10. Somente poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita aqueles que comprovarem a percepção de renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita.

3.1.11. Os candidatos que optarem, no ato da inscrição, por concorrer às vagas reservadas a candidatos com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, além de comprovar terem cursado o Ensino Médio integralmente em escola(s) pública(s), deverão entregar a documentação comprobatória da renda familiar bruta, obedecendo ao disposto no Anexo II da Portaria Normativa n.º 18/2012 – MEC, no ato da matrícula.

3.1.11.1. O candidato de Escola Pública que optou por concorrer pela Reserva de Vagas (Lei 12.711/12) como membro de família com renda bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, caso deixe de apresentar algum dos documentos comprobatórios ou cuja documentação entregue não atender às exigências estabelecidas por este Edital, conforme subitem 3.3.16., **terá a sua inscrição invalidada e perderá o direito à matrícula.**

3.1.12. Para efeitos de análise de renda familiar bruta mensal per capita, será adotado o seguinte procedimento:

3.1.12.1. Calcula-se a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família a que pertence o candidato, levando-se em conta, no mínimo, os 03 (três) últimos meses anteriores ao período de entrega da documentação comprobatória.

3.1.12.2. Calcula-se a média mensal dos rendimentos brutos apurados após a aplicação do disposto no subitem 3.1.12.1 deste Edital.

3.1.12.3. Divide-se o valor apurado após a aplicação do disposto no subitem 3.3.12.2 pelo número de pessoas da família do candidato.

3.1.13. No cálculo referido no subitem 3.3.12.1 serão computados os rendimentos de qualquer natureza percebidos pelas pessoas da família, a título regular ou eventual, inclusive aqueles provenientes de locação ou arrendamento de bens móveis e imóveis.

3.1.14. Estão excluídos do cálculo de que trata o subitem 3.3.12.1, os subitens 3.3.14.1 e 3.3.14.2:

3.1.14.1. Os valores percebidos a título de:

Auxílios para alimentação e transporte;

- a) Diárias e reembolsos de despesas;
- b) Adiantamentos e antecipações;
- c) Estornos e compensações referentes a períodos anteriores;
- d) Indenizações decorrentes de contratos de seguros;
- e) Indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial.

3.1.14.2. Os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:

- a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- c) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;
- d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem – Pró-Jovem;
- e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência;
- f) Demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

3.1.15. A apuração e a comprovação da renda familiar bruta mensal per capita tomarão por base as informações prestadas no ato da inscrição e os documentos fornecidos pelo candidato em procedimento de avaliação socioeconômica.

3.1.16. Para a comprovação da renda bruta familiar prevista no subitem 3.3.11, o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher o Formulário para Comprovação de Renda per capita constante no Anexo III deste Edital e apresentar cópia legível, acompanhada de original (para efeito de autenticação) dos documentos gerais

de todas as pessoas que compõem o grupo familiar, acompanhados da documentação comprobatória da renda de todas as pessoas que contribuem para a renda familiar, no mínimo dos 03 (três) últimos meses anteriores ao período de entrega da documentação, obedecendo ao rol do Anexo III, e de acordo com os seguintes tipos de atividades:

a) Trabalhadores Assalariados (Anexo IV – A)

- Contracheques;
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS registrada e atualizada;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia, no caso de empregada doméstica;
- Extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS;
- Extratos bancários dos últimos 03 (três) meses.

b) Atividade Rural (Anexo IV – B)

- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ;
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros da família, quando for o caso;
- Extratos bancários dos últimos 03 (três) meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas;
- Notas fiscais de vendas.

c) Autônomos e Profissionais Liberais (Anexo IV – C)

- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de sua família, quando for o caso;
- Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada;
- Extratos bancários dos últimos (03) meses.

d) Aposentados e Pensionistas (Anexo IV – D)

- Extrato mais recente do pagamento de benefício;
- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- Extratos bancários dos últimos 03 (três) meses.

e) Rendimentos de aluguel ou arrendamento de bens móveis e imóveis (Anexo IV – E)

- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- Extratos bancários dos últimos 03 (três) meses;
- Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos 03 (três) últimos comprovantes de recebimentos.

f) Servidores Públicos (Anexo IV – F)

- Contracheques dos últimos três meses, pelo menos;
- Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos;
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

g) Desempregado ou do lar (Anexo IV – G)

- Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS atualizada, página da foto frente e verso, página onde está registrado o desligamento (último contrato de trabalho) e a página em branco subsequente;
- Declaração informando que está desempregado e se exerce ou não trabalho esporádico, se recebe pensão, renda de aluguel e/ ou arrendamento, e os valores percebidos, com assinatura reconhecida em cartório;
- Termo de Rescisão do último Contrato de Trabalho e comprovante de recebimento de Auxílio-Desemprego;
- Última Declaração do Imposto de Renda e no caso de **isentos** apresentarem a Declaração de nada consta disponível no *sítio* da Receita Federal, www.receita.fazenda.gov.br (Cidadão, IRPF – Extrato e Restituição, Restituição do Imposto de Renda, Consulta Restituição);
- Declaração original, informando se exerce ou não, algum outro cargo ou atividade remunerada, se recebe pensão, pensão alimentícia, renda de aluguel e/ou arrendamento.

3.1.16.1. Em hipótese alguma será aceita documentação enviada pelos Correios.

3.1.17. A análise da documentação dos candidatos será feita por comissão específica, criada e nomeada para este fim.

3.1.18. Para efeitos de comprovação de renda, considera-se:

- a) Família: a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio;
- b) Morador: a pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele reside na data de inscrição do estudante no Processo Seletivo da Instituição Federal de Ensino;
- c) Renda Familiar bruta mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família na forma do disposto nesta Portaria;
- d) Renda Familiar bruta mensal *per capita*: a razão entre a renda familiar bruta mensal e o total de pessoas da família, calculada na forma do subitem 3.3.12.

3.1.19. O IFG poderá, de acordo com o parágrafo 2º do Artigo 8º da Portaria Normativa nº. 18/2012, realizar visitas domiciliares, bem como consultar cadastros de informações socioeconômicas, para confirmação da comprovação da renda declarada pelo candidato.

3.1.20. O Centro de Seleção não se responsabiliza pelos documentos originais eventualmente entregues ou enviados para a análise.

3.1.21. Informações inverídicas detectadas, mesmo após o fim do Processo Seletivo, levarão ao cancelamento da inscrição e da eventual matrícula.

3.1.22. Na hipótese de se comprovar fraude no original dos documentos, em qualquer momento, posterior ou durante a matrícula, independente das ações legais cabíveis, o candidato será sumariamente eliminado deste Processo Seletivo e perderá, conseqüentemente, o direito à vaga conquistada e a quaisquer direitos dela decorrente.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

4.1. Para a classificação dos candidatos serão utilizadas as notas por ele obtidas nas áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano de 2012, 2013 ou 2014.

4.2. Será eliminado e não receberá nenhuma classificação o candidato que:

- a) tiver pontuação zero em ao menos uma das áreas de conhecimento;
- b) obtiver nota inferior a 400 (quatrocentos) pontos na prova de redação.

4.3. Os candidatos não eliminados serão classificados, em listagem única, por curso, em ordem decrescente de pontos obtidos, primeiramente, até o preenchimento das vagas do Sistema Universal e, posteriormente, até o preenchimento das vagas reservadas de acordo com o Anexo I deste Edital.

4.3.1. No momento do processamento do Resultado Final, o candidato que optar por concorrer pela Reserva de Vagas (Lei 12.711/2012), caso obtenha nota suficiente para ser aprovado pelo Sistema Universal, será por ele classificado.

4.3.1.1. Para que no registro de matrícula do candidato inscrito pela Reserva de Vagas, porém, aprovado pelo Sistema Universal, conste a opção declarada no momento da inscrição, o mesmo deverá comprová-la.

4.3.1.2. Caso o candidato inscrito pela Reserva de Vagas, porém, aprovado pelo Sistema Universal, não comprove a condição declarada na inscrição, seu registro de matrícula será realizado como Sistema Universal.

4.3.2. No caso do exposto no subitem 4.3.1, será convocado para ocupar a vaga do candidato classificado pelo Sistema Universal um candidato optante da Reserva de Vagas (Lei 12.711/12), por ordem de classificação.

4.3.3. A classificação dos candidatos pela Reserva de Vagas (Lei 12.711/2012) obedecerá a ordem decrescente da pontuação final, por curso, até o preenchimento do total das vagas ofertadas, desde que não classificados pelo Sistema Universal, dentro de cada um dos grupos indicados no ato da inscrição, os quais são:

- a) Candidato oriundo de escola pública, com renda bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita que se autodeclarou preto, pardo ou indígena;
- b) Candidato oriundo de escola pública, com renda bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita que não se autodeclarou preto, pardo ou indígena;
- c) Candidato oriundo de escola pública, com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita que se autodeclarou preto, pardo ou indígena;
- d) Candidato oriundo de escola pública, com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita que não se autodeclarou preto, pardo ou indígena.

4.4. Havendo candidatos com o mesmo total de pontos, os critérios para desempate na **classificação final** serão os seguintes:

- 1º) Maior número de pontos obtidos na Redação;
- 2º) Maior número de pontos obtidos em Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;
- 3º) Idade dos candidatos, em ordem cronológica decrescente.

4.5. No caso de não preenchimento das vagas reservadas, conforme Portaria Normativa 18/2012-MEC, para cada grupo em que a vaga foi reservada, essas vagas serão preenchidas segundo ordem de classificação, conforme fluxograma de redistribuição de vagas apresentado no Anexo VI, de acordo com as notas obtidas pelos candidatos dentro de cada grupo, da seguinte forma:

4.5.1. Caso haja vagas remanescentes reservadas para o grupo de estudantes de **escola pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas**, elas serão ofertadas, pela ordem:

- a) Aos candidatos de escola pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) Restando vagas, aos candidatos de escola pública com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- c) Restando vagas, aos candidatos de escola pública com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- d) Restando vagas, aos candidatos do Sistema Universal.

4.5.2. Caso haja vagas remanescentes reservadas para o grupo de estudantes de **escola pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita que NÃO se autodeclararam pretos, pardos e indígenas**, elas serão ofertadas, pela ordem:

- a) Aos candidatos de escola pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) Restando vagas, aos candidatos de escola pública com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- c) Restando vagas, aos candidatos de escola pública com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- d) Restando vagas, aos candidatos do Sistema Universal.

4.5.3. Caso haja vagas remanescentes reservadas para o grupo de estudantes de **escola pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas**, elas serão ofertadas, pela ordem:

- a) Aos candidatos de escola pública com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) Restando vagas, aos candidatos de escola pública com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- c) Restando vagas, aos candidatos de escola pública de escola pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- d) Restando vagas, aos estudantes do Sistema Universal.

4.5.4. Caso haja vagas remanescentes reservadas para o grupo de estudantes de **escola pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita que NÃO se autodeclararam pretos, pardos e indígenas**, elas serão ofertadas, pela ordem:

- a) Aos candidatos de escola pública com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário-mínimo *per capita* que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) Restando vagas, aos candidatos de escola pública, com renda familiar mensal bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- c) Restando vagas, aos candidatos de escola pública com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- d) Restando vagas, aos candidatos do Sistema Universal.

5. DAS PROVAS DE HABILIDADE ESPECÍFICA PARA OS CANDIDATOS AO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA

5.1. Os candidatos ao curso de Licenciatura em Música, classificados conforme disposições do item 4, **deverão realizar prova de habilidade específica em música, de caráter eliminatório**, a ser realizada no dia 29 de março de 2015 no câmpus Goiânia.

5.2. A verificação de Habilidade Específica em Música será composta por prova de Escrita Musical, prova de Percepção Musical e prova prática de Instrumento ou Canto, as quais serão realizadas nos seguintes horários:

- às 09h, prova de Escrita e Percepção Musical (ditado Melódico);
- às 14h, continuação das provas de Percepção Musical (Solfejo Tonal e Leitura Rítmica) e prova prática de Instrumento Musical.

5.2.1. A prova de Escrita Musical, com duração máxima de 2h30min, terá valor total de 30 pontos e será composta por 15 (quinze) questões de múltipla escolha, valendo 02 (dois) pontos cada, as quais avaliarão o domínio da escrita, a compreensão dos elementos musicais e das relações estruturais, quais sejam: estilos musicais (por exemplo: clássico, romântico, barroco, etc.), propriedades do som, ligaduras e ponto de aumento, quíalteras, compasso (simples e composto), instrumentação, intervalos, escrita musical, acordes de 3 e 4 sons (nas escalas maiores e menores harmônicas), articulação (staccato, legato, pizzicato), ictus inicial (tético, anacrústico, acéfalo), tonalidade (maior ou menor), escalas (maior, menor natural, menor harmônica, menor melódica), graus, tons vizinhos, modulações, transposição.

5.2.2. A prova de Percepção Musical terá valor total de 30 pontos e será composta de: Ditado Melódico, valendo 10 pontos, Solfejo Tonal, valendo 10 pontos e Leitura Rítmica, valendo 10 pontos, os quais avaliarão o desempenho do candidato a partir de sua ampla compreensão musical.

5.2.2.1. O Ditado Melódico será realizado antes da prova de escrita musical, às 09h, e terá duração máxima de 30 minutos. Será avaliado o reconhecimento de elementos musicais básicos através da apreciação auditiva de trechos musicais, reconhecimento e compreensão da análise de trechos musicais, reconhecimento de elementos rítmicos e intervalos e melodia.

5.2.2.2. No Solfejo Tonal e na Leitura Rítmica os candidatos deverão ler, interpretar e reproduzir trechos rítmicos e melódicos apresentados no momento da verificação, podendo cantar a escala referente à tonalidade do solfejo. Não será exigida altura absoluta (diapasão). A reprodução de ritmos poderá ser realizada por um único elemento (Ex.: voz ou palmas) ou por elementos alternados (mão direita e mão esquerda, voz e palmas etc.).

5.2.3. A prova prática de Instrumento ou Canto terá valor total de 40 pontos. Nela, os candidatos deverão executar, diante da banca examinadora, uma peça de livre escolha, cantada ou tocada, sendo obrigatório ao candidato, no ato da prova, apresentar a partitura da peça escolhida. Durante a verificação desta habilidade em Instrumento ou Canto será observada, pela banca, a interpretação de peças significativas do repertório do instrumento musical ou canto.

5.2.3.1. Não será disponibilizado músico acompanhador ou *camerista*, os quais, se necessários, serão de exclusiva responsabilidade do candidato.

5.2.3.2. Será disponibilizado: piano ou similar, caixa, bateria, tímpano, marimba ou xilofone e tuba. Quaisquer outros instrumentos que o candidato deseje utilizar serão de exclusiva responsabilidade do candidato.

5.3. A pontuação obtida nas provas de habilidade específica em música **não será computada para fins de classificação** dos candidatos, servindo apenas para definição dos conceitos **“Aprovado”** ou **“Reprovado”**.

5.3.1. Será considerado **“Aprovado”** o candidato que, no total de pontos das provas de habilidade específica, obtiverem, no mínimo, 50 pontos;

5.3.2. Será considerado **“Reprovado”** o candidato ausente e o que não atingir, no mínimo, 50 pontos no total de pontos das provas de habilidade específica em música;

5.3.3. **Os candidatos com conceito “Reprovado” estarão automaticamente eliminados do processo seletivo.**

5.4. Os candidatos com conceito “Aprovado” serão classificados e ordenados para fins de chamada e matrícula conforme a pontuação apurada conforme as disposições do item 4.

5.5. Não caberá recurso contra as provas de habilidade específica em música.

6. DA DIVULGAÇÃO DOS BOLETINS E RESULTADOS

6.1. No dia **27 de março de 2015** será divulgada a lista dos candidatos convocados para a realização da prova de Habilidade Específica em Música.

6.2. O Resultado Final do Processo Seletivo será divulgado, de acordo com o número de vagas, por curso e turno, em ordem alfabética, dia **30 de março de 2015**, no endereço eletrônico <http://www.ifg.edu.br/selecao>, seção Vestibular.

6.3. **A seleção do estudante assegura apenas a expectativa de direito à vaga para a qual se inscreveu, estando sua matrícula condicionada à comprovação de atendimento aos requisitos legais e regulamentares pertinentes, inclusive aqueles previstos na Lei nº 12.711/2012, e regulamentação em vigor, competindo exclusivamente ao estudante se certificar de que cumpre os requisitos para a matrícula.**

6.4. O Boletim de Desempenho Final, contendo as notas e a classificação do candidato (geral e dentro da sua modalidade de concorrência), estará acessível via internet, exclusivamente ao candidato, no dia **30 de março de 2015**, no link “Boletim de Desempenho Final”, no endereço eletrônico <http://www.ifg.edu.br/selecao>, seção Vestibular.

6.4.1. Para acessar o Boletim de Desempenho Final, o candidato deverá digitar o número do CPF informado no ato da inscrição.

6.5. O IFG, por meio de seu Centro de Seleção, poderá fornecer os resultados à imprensa, não se responsabilizando, porém, pela sua publicação.

7. DAS CONDIÇÕES PARA MATRÍCULA DOS APROVADOS

7.1. Somente será matriculado no IFG o candidato classificado dentro do número de vagas, que efetivamente comprovar ter concluído, em conformidade com a lei, o Ensino Médio ou curso equivalente previsto em lei, que permita a continuidade de estudos em nível superior, tornando-se nula de pleno direito a classificação daquele que não apresentar a devida prova de escolaridade no ato da matrícula.

7.2. Somente serão matriculados no IFG os estudantes classificados dentro do número de vagas reservadas pela Lei 12.711/2012 que efetivamente comprovarem ter cursado o Ensino Médio integralmente na Rede Pública de ensino e, para os classificados na reserva para renda bruta familiar per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos, que efetivamente comprovarem tal condição por meio da apresentação da documentação na data estipulada.

7.3. **Não terão direito de matrícula e perderão o direito à vaga os candidatos que:**

- Não assinarem declaração de que não está matriculado em curso superior nesta ou em qualquer outra instituição pública de ensino superior em todo território nacional, atendendo o previsto na Lei nº 12.089 de 11 de novembro de 2009;
- Não apresentar termo de desistência da vaga, com ciência da instituição de origem, quando declarar cursar outra graduação em instituição de ensino superior privada na condição de bolsista do programa PROUNI, mantido pelo Governo Federal.
- Não comprovarem documentalmente a declaração feita na inscrição quanto a ser oriundo de escola pública e/ou pertencente à família com renda bruta menor ou igual a 1,5 salário mínimo *per capita*.

7.4. A qualquer tempo, se verificada a matrícula que não atenda a todos os requisitos e condições fixados no item 8, a mesma será cancelada automaticamente.

7.5. A falta de qualquer um dos documentos exigidos implicará a perda do direito à matrícula.

7.6. Os candidatos classificados em **primeira chamada** deverão comparecer à Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares – CORAE, no câmpus do IFG para o qual se inscreveram **nos dias 31 de março e 01 de abril de 2015, das 08h às 13h**, para entregar a documentação exigida para matrícula (**item 8**) e efetivá-la.

7.7. O não comparecimento neste período implicará na eliminação do candidato.

7.7.1. Em hipótese alguma será permitida a matrícula condicional ou extemporânea.

7.8. Os pais poderão efetuar a entrega da documentação de seus filhos, somente se menores de 18 anos, mediante apresentação do documento original de identidade (pai/mãe).

7.9. Se o candidato maior de idade estiver impedido de comparecer para efetuar sua matrícula, esta poderá ser realizada por seu representante legal (pai, mãe ou outra pessoa, todos com procuração com firma reconhecida), portando toda a documentação exigida no item 8.

7.10. Será permitida a matrícula por procuração nas seguintes modalidades: procuração registrada em cartório competente ou procuração particular, com firma reconhecida. Em ambos os casos, deve constar que a procuração se destina à matrícula no IFG. O procurador e o outorgante devem ter maioria perante a lei.

7.10.1. No ato da matrícula será necessária a apresentação do documento original de identidade do procurador.

7.10.2. A procuração ficará anexada ao formulário da matrícula, sendo necessária uma procuração para cada aluno, se for o caso.

7.11. É permitido ao candidato matricular-se em apenas uma das habilitações oferecidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), em um dos câmpus, obedecendo a sua opção de curso e turno.

7.12. O candidato aprovado deverá assinar, no ato da matrícula, declaração de que não está matriculado em curso superior nesta ou em qualquer outra instituição pública de ensino em todo território nacional, tendo em vista que a Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009, proíbe que uma mesma pessoa ocupe, na condição de estudante, simultaneamente, no curso de graduação, 02 (duas) vagas, no mesmo curso ou em cursos diferentes em uma ou mais de uma instituição pública de ensino superior em todo o território nacional.

7.12.1. Na hipótese de não veracidade da informação declarada o candidato está sujeito ao cancelamento de matrícula, conforme estabelecido no artigo 3º da referida lei.

7.13. O candidato aprovado que esteja cursando uma graduação em instituição de ensino superior privada na condição de bolsista do programa PROUNI, mantido pelo Governo Federal, deverá apresentar termo de desistência da vaga na instituição de origem, com ciência da instituição, em conformidade com o §3º do Art. 2º do Decreto nº 5.493, de 13 de janeiro de 2005, que estabelece: **“É vedada a acumulação de bolsas de estudo vinculadas ao PROUNI, bem como a concessão de bolsa de estudo a ele vinculada para estudante matriculado em instituição pública e gratuita de ensino superior”**.

7.14. O candidato aprovado, ao efetuar sua matrícula no IFG, só poderá trancá-la após cursar, com aproveitamento, o primeiro período letivo. Durante este período, é vedado ao aluno trocar de turno.

7.15. O candidato que pretender solicitar aproveitamento de disciplinas anteriormente cursadas em Instituição de Ensino Superior deverá informar-se junto ao setor competente sobre o requerimento a ser feito, o período, conforme calendários acadêmicos, e a documentação a ser apresentada.

7.16. O candidato que não comparecer ou não se fizer representar no período e local estabelecido, será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo, sendo sua vaga destinada ao próximo candidato classificado a ser chamado.

7.17. Caso não sejam preenchidas todas as vagas oferecidas em primeira chamada, será divulgada uma **segunda chamada dia 06 de abril de 2015**, a qual obedecerá a ordem de classificação obtida pelo(a) candidato(a) no Processo Seletivo e os critérios previstos no subitem 4.5, em obediência ao estabelecido na Portaria Normativa nº 18/2012-MEC.

7.17.1. Após o preenchimento do Formulário de Cadastro de Matrícula, os candidatos classificados em **segunda chamada** deverão comparecer à Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares – CORAE, no câmpus do IFG para o qual se inscreveram **no período de 07 a 08 de abril de 2015, das 08h às 13h**, para a efetivação de suas matrículas.

7.18. Caso não sejam preenchidas todas as vagas oferecidas em segunda chamada, será divulgada uma **terceira chamada dia 09 de abril de 2015**, a qual obedecerá a ordem de classificação obtida pelo(a) candidato(a) no Processo Seletivo e os critérios previstos no subitem 4.5, em obediência ao estabelecido na Portaria Normativa nº 18/2012-MEC.

7.18.1. Após o preenchimento do Formulário de Cadastro de Matrícula, os candidatos classificados em **terceira chamada** deverão comparecer à Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares – CORAE, no câmpus do IFG para o qual se inscreveram **nos dias 10 e 13 de abril de 2015, das 08h às 13h**, para a efetivação de suas matrículas.

7.19. O candidato matriculado que, por qualquer motivo, desistir de fazer o curso para o qual foi aprovado, deverá assinar o termo de desistência na CORAE do câmpus do IFG para o qual se inscreveu até o último prazo de matrícula para o curso.

7.20. Persistindo a existência de vagas ociosas após a terceira chamada, o IFG reserva-se o direito de realizar chamadas sucessivas e/ou Chamada Pública, conforme a lista de classificados, para o preenchimento das citadas vagas.

7.21. A partir da segunda chamada, o IFG, além de divulgar as chamadas no endereço eletrônico <http://www.ifg.edu.br/selecao>, reserva-se o direito de estabelecer contato individual, por telefone e correio eletrônico, com cada candidato selecionado, para efeito de comunicação de resultado. O IFG não se responsabiliza pelo não contato devido a problemas técnicos com o telefone informado, falta do número para contato ou erros de informação deste número.

8. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS

8.1. Os candidatos aprovados deverão apresentar cópia legível, acompanhada do documento original (para efeito de autenticação), dos seguintes documentos:

- Formulário de cadastro impresso e preenchido, disponível no site www.ifg.edu.br/selecao.
- Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- Documento oficial de identidade (RG);
- CPF;
- Comprovante de endereço com CEP;
- Título de Eleitor, acompanhado de comprovante de votação na última eleição, para os brasileiros maiores de 18 anos;
- Certificado de Reservista, atestado de alistamento militar ou atestado de matrícula em CPOR ou NPOR, para os brasileiros maiores de 18 anos do sexo masculino;
- Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou de curso equivalente;
- Histórico Escolar completo do Ensino Médio ou de curso equivalente;
- Duas fotos 3x4 iguais e recentes (prazo de 01 ano).

8.1.1. No caso de conclusão do Ensino Médio no exterior, o candidato deverá:

- Providenciar a tradução do Histórico Escolar e Diploma, de preferência por tradutor público juramentado, ou escola de língua estrangeira idônea, cujo tradutor tenha o Curso de Letras, com diploma registrado no MEC;
- Estar de posse do Histórico Escolar relativo aos estudos realizados anteriormente no Brasil;
- Reunidos esses documentos, dirigir-se à Secretaria de Educação do Estado onde irá fixar residência e solicitar a equivalência (<http://www.portalconsular.mre.gov.br/retorno/revalidacao-de-diplomas>);
- Apresentar, no ato da matrícula, esta resolução de equivalência expedida pela Secretaria Estadual de Educação.

8.1.2. No caso de inscrição e aprovação dentro das vagas reservadas a candidatos oriundos da rede pública de ensino com renda maior ou menor a 1,5 salário mínimo *per capita*, o candidato deverá apresentar toda a documentação exigida, conforme item 3.

8.1.3. **A falta de qualquer um dos documentos exigidos implicará a perda do direito à matrícula.**

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O IFG faz saber que os respectivos endereços dos campi são:

- Anápolis** - Av. Pedro Ludovico, s/n, Reny Cury. Anápolis-GO, CEP: 75131-457.
- Aparecida de Goiânia** – Av. Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd-1, Lt. 1-A – Parque Itatiaia, Aparecida de Goiânia-GO, CEP: 74968-755.
- Goiânia** – Rua 75, nº 46, Centro, Goiânia – GO, CEP: 74055-110.
- Inhumas** – Av. Universitária, s/n, Vale das Goiabeiras, Inhumas – GO, CEP: 75400-000.
- Itumbiara** – Av. de Furnas, nº 55, Village Imperial, Itumbiara – GO, CEP: 75524-010.
- Jataí** - Rua Riachuelo nº 2.090. Bairro Samuel Graham. Jataí – GO, CEP: 75804-020.
- Luziânia** – Rua São Bartolomeu, s/n, Vila Esperança, Luziânia – GO, CEP: 72811-580.
- Uruaçu** – Rua Formosa, Qds. 28/29, Loteamento Santana, Uruaçu – GO, CEP: 76400-000.

9.1.1. O Centro de Seleção está localizado na Reitoria, situada à Avenida Assis Chateaubriand, nº 1658, Setor Oeste, Goiânia-GO, CEP: 74130-012.

8.2. O IFG, por intermédio do Centro de Seleção, fará divulgar, caso necessário, avisos oficiais e normas complementares ao presente Edital no endereço eletrônico <http://www.ifg.edu.br/selecao>. É responsabilidade dos candidatos ficarem atentos a qualquer comunicação que, caso necessário, seja divulgada via internet.

9.2.1. O Centro de Seleção do IFG informa que não há previsão de horário fixo para as divulgações de resultados, listas ou *links* para consultas diversas, previstas no cronograma do processo seletivo, podendo realiza-las a qualquer momento do dia.

9.3. As disposições e instruções contidas neste Edital, aquelas disponíveis no endereço eletrônico <http://www.ifg.edu.br/selecao>, nas capas dos cadernos das provas, nos editais complementares, nos editais de retificação e nos avisos oficiais divulgados pelo Centro de Seleção, constituirão normas que passarão a integrar o presente Edital.

9.4. Estará sumariamente desclassificado, a qualquer época, o candidato que se utilizar de meios ilícitos e irregulares para inscrição e/ou matrícula.

9.5. Qualquer irregularidade (fraude, quebra de sigilo, etc.) cometida por professores, funcionários técnico-administrativos, alunos do IFG e/ou terceiros, constatada antes, durante ou após o Processo Seletivo, será objeto de sindicância, processo administrativo disciplinar e/ou inquérito policial, nos termos da legislação pertinente (normas do Regime Jurídico Único e demais normas complementares) em vigor no IFG, estando o infrator sujeito às penalidades previstas na respectiva legislação.

9.6. O Centro de Seleção do IFG reserva-se o direito de utilizar, para fins institucionais, as imagens dos candidatos presentes no dia da prova, sem que para isso tenha que solicitar autorização destes.

9.7. Os horários estabelecidos neste Edital obedecem ao horário oficial de Brasília.

9.8. O processo do candidato, bem como toda sua documentação anexada, será descartado seis meses após a publicação do resultado final.

9.9. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo frequentará as aulas no respectivo Câmpus e curso em que se inscrever, no turno e nos horários determinados por esta Instituição, de acordo com os projetos pedagógicos dos cursos, estando sujeito, ainda, ao calendário acadêmico do IFG.

9.10. O aluno ingressante no IFG, nos termos deste Edital, passa a ser regido pelo Regulamento Acadêmico dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Tecnologia e Ciência de Goiás e só poderá requerer trancamento de matrícula no período subsequente ao de seu ingresso.

9.11. Casos omissos, não previstos neste Edital, serão julgados pelo Centro de Seleção, para o qual só cabem recursos das suas decisões junto à Reitoria do IFG.

9.12. A realização do Processo Seletivo está a cargo da Diretoria do Centro de Seleção do IFG, à qual cabe providenciar e coordenar as ações inerentes à sua execução.

Goiânia, 11 de março de 2015.

Jerônimo Rodrigues da Silva
Reitor

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS E CURSOS – VAGAS REMANESCENTES CURSOS SUPERIORES 2015/1

CAMPUS ANÁPOLIS							
Curso	Turno	Total de vagas	Sistema Universal	Lei nº 12.711/2012			
				Renda Familiar ≤ 1,5 salário mínimo		Renda Familiar > 1,5 salário mínimo	
				PPI	DC	PPI	DC
Licenciatura em Ciências Sociais	Vespertino	21	10	4	2	3	2
Licenciatura em Química	Noturno	8	4	2	0	2	0
Subtotal de vagas: 29							
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA							
Curso	Turno	Total de vagas	Sistema Universal	Lei nº 12.711/2012			
				Renda Familiar ≤ 1,5 salário mínimo		Renda Familiar > 1,5 salário mínimo	
				PPI	DC	PPI	DC
Licenciatura em Dança	Noturno	19	9	3	2	3	2
Licenciatura em Pedagogia Bilingue	Noturno	4	2	1	0	1	0
Subtotal de vagas: 23							
CAMPUS GOIÂNIA							
Curso	Turno	Total de vagas	Sistema Universal	Lei nº 12.711/2012			
				Renda Familiar ≤ 1,5 salário mínimo		Renda Familiar > 1,5 salário mínimo	
				PPI	DC	PPI	DC
Licenciatura em Física	Vespertino	12	6	2	1	2	1
Licenciatura em Letras – Português	Vespertino	3	1	1	0	1	0
Licenciatura em Música	Vespertino	8	4	2	0	2	0
Subtotal de vagas: 23							
CAMPUS INHUMAS							
Curso	Turno	Total de vagas	Sistema Universal	Lei nº 12.711/2012			
				Renda Familiar ≤ 1,5 salário mínimo		Renda Familiar > 1,5 salário mínimo	
				PPI	DC	PPI	DC
Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Noturno	3	1	1	0	1	0
Bacharelado em Sistemas da Informação	Matutino	22	11	4	2	3	2
Licenciatura em Química	Noturno	20	10	3	2	3	2
Subtotal de vagas: 45							
CAMPUS ITUMBIARA							
Curso	Turno	Total de vagas	Sistema Universal	Lei nº 12.711/2012			
				Renda Familiar ≤ 1,5 salário mínimo		Renda Familiar > 1,5 salário mínimo	
				PPI	DC	PPI	DC
Licenciatura em Química	Noturno	8	4	2	0	2	0
Subtotal de vagas: 8							

CAMPUS JATAÍ

Curso	Turno	Total de vagas	Sistema Universal	Lei nº 12.711/2012			
				Renda Familiar ≤ 1,5 salário mínimo		Renda Familiar > 1,5 salário mínimo	
				PPI	DC	PPI	DC
Licenciatura em Física	Noturno	14	7	3	1	2	1
Subtotal de vagas: 14							

CAMPUS LUZIÂNIA

Curso	Turno	Total de vagas	Sistema Universal	Lei nº 12.711/2012			
				Renda Familiar ≤ 1,5 salário mínimo		Renda Familiar > 1,5 salário mínimo	
				PPI	DC	PPI	DC
Licenciatura em Química	Noturno	11	5	2	1	2	1
Subtotal de vagas: 11							

CAMPUS URUAÇU

Curso	Turno	Total de vagas	Sistema Universal	Lei nº 12.711/2012			
				Renda Familiar ≤ 1,5 salário mínimo		Renda Familiar > 1,5 salário mínimo	
				PPI	DC	PPI	DC
Licenciatura em Química	Noturno	14	7	3	1	2	1
Subtotal de vagas: 14							

TOTAL DE VAGAS: 167

ANEXO II**CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO**

DATAS	EVENTOS
11 a 24 de março de 2015	Período de inscrições pelo site: www.ifg.edu.br/selecao
11 a 24 de março de 2015	Período para conferência e correção de dados na ficha de inscrição.
29 de março de 2015	Aplicação das provas de habilidade específica em música exclusivamente aos candidatos inscritos para o curso de Licenciatura em Música – Câmpus Goiânia
30 de março de 2015	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
30 de março de 2015	Divulgação do Boletim de Desempenho Final
31 de março e 01 de abril, das 08h às 13h	Matrícula – Primeira chamada
06 de abril de 2015	Divulgação de uma possível 2ª chamada
07 e 08 de abril de 2015, das 08h às 13h	Matrícula - Segunda chamada
09 de abril de 2015	Divulgação de uma possível 3ª chamada
10 e 13 de abril de 2015, das 08h às 13h	Matrícula - Terceira chamada

ANEXO III

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ANÁLISE E COMPROVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*

1. DOCUMENTAÇÃO GERAL (apresentar cópia acompanhada do original):

- a) Documento de Identidade do candidato e de todos os membros do grupo familiar (quando não houver apresentar a Certidão de Nascimento);
- b) Apresentar documentos referentes à tutela, adoção, termo de guarda e responsabilidade ou outro expedido pelo judiciário, quando for o caso;
- c) Cadastro de Pessoa Física – CPF – do candidato e de todos os membros do grupo familiar;
- d) Certidão de Casamento com averbação de divórcio (dos pais ou candidato, quando for o caso), e no caso de separação extrajudicial, declaração sobre a situação do casal, com assinatura reconhecida em cartório;
- e) Declaração original de próprio punho de união estável, assinada pelo casal, com assinaturas reconhecidas em cartório, quando for o caso;
- f) Cópia da Certidão de Óbito, em caso de pais, cônjuges ou responsáveis legais falecidos;
- g) Declaração do responsável pela família informando se recebe (ou não) pensão alimentícia, com assinatura reconhecida em cartório, quando for o caso.

2. COMPROVANTES DE RENDA:

Apresentar comprovantes de renda de **todos os membros do grupo familiar** (considerar todos os indivíduos que contribuem para a renda e/ou tenham suas despesas atendidas pela família), **conforme as categorias profissionais a seguir:**

- Quando Trabalhador Assalariado, com contrato regido pela CLT:

- Contracheques;
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS registrada e atualizada;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia, no caso de empregada doméstica;
- Extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS;
- Extratos bancários dos últimos 03 (três) meses.

- Quando exercer Atividade Rural:

- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ;
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros da família, quando for o caso;
- Extratos bancários dos últimos 03 (três) meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas;
- Notas fiscais de vendas.

- Quando Autônomo ou Profissional Liberal:

- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de sua família, quando for o caso;
- Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada;
- Extratos bancários dos últimos (03) meses.

- Quando Aposentados e Pensionistas:

- Extrato mais recente do pagamento de benefício;
- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita

Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quanto houver;

- Extratos bancários dos últimos 03 (três) meses.

- Quando receber rendimentos de aluguel ou arrendamento de bens móveis e imóveis:

- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quanto houver;
- Extratos bancários dos últimos 03 (três) meses;
- Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos 03 (três) últimos comprovantes de recebimentos.

- Quando Servidor Público:

- Contracheques dos últimos três meses, pelo menos;
- Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos;
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

- Quando Desempregado ou do lar:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS atualizada, página da foto frente e verso, página onde está registrado o desligamento (último contrato de trabalho) e a página em branco subsequente;
- Declaração informando que está desempregado e se exerce ou não trabalho esporádico, se recebe pensão, renda de aluguel e/ ou arrendamento, e os valores percebidos, com assinatura reconhecida em cartório;
- Termo de Rescisão do último Contrato de Trabalho e comprovante de recebimento de Auxílio-Desemprego;
- Última Declaração do Imposto de Renda, e no caso de **isentos** apresentar a Declaração de nada consta disponível no *sítio* da Receita Federal, www.receita.fazenda.gov.br (Cidadão, IRPF – Extrato e Restituição, Restituição do Imposto de Renda);
- Declaração original, informando se exerce ou não, algum outro cargo ou atividade remunerada, se recebe pensão, pensão alimentícia, renda de aluguel e/ou arrendamento.

ANEXO IV**FORMULÁRIO PARA COMPROVAÇÃO DE RENDA PER CAPITA***Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012***I – IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:**

Nome:					
Sexo:	Estado civil:	Data nascimento:	Procedência (Cidade/Estado):		
Curso:	Inscrição:	R.G.:			
		C.P.F.:			
Endereço candidato (rua, avenida):			Nº:	Bloco:	Apto.:
Bairro:	Cidade:		U.F.:	CEP:	
Fone:	E-mail:				

II – COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

NOME	PARENTESCO	IDADE	ESTADO CIVIL	ATIVIDADE

III – DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE:

Quant.	Documentos
	Histórico Escolar do Ensino Médio
	Formulário de documentação para Trabalhadores Assalariados
	Formulário de documentação para Atividade Rural

	Formulário de documentação para Autônomos e Profissionais Liberais
	Formulário de documentação para Aposentados e Pensionistas
	Formulário de documentação de rendimentos de aluguel ou arrendamento de bens móveis e imóveis
	Formulário de documentação para Servidores Públicos
	Formulário de documentação para Desempregado ou do lar

_____, _____ de _____ de 201__.

Declaro que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras.

Assinatura do candidato

 <p>INSTITUTO FEDERAL GOIÁS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS CENTRO DE SELEÇÃO FORMULÁRIO PARA COMPROVAÇÃO DE RENDA <i>PER CAPITA</i></p>
<p>NOME DO CANDIDATO:</p>	
<p>Data: ____/____/____. Responsável pelo Recebimento: _____</p>	

ANEXO IV – A

**FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
TRABALHADOR ASSALARIADO**

NOME DO CANDIDATO:

Nome do integrante do grupo familiar:

TRABALHADOR ASSALARIADO:

- () Contracheques dos últimos 3 (três) meses;
- () Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- () Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS registrada e atualizada **ou** carnê do INSS com recolhimento em dia, *no caso de empregada doméstica*;
- () Extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS;
- () Extratos bancários dos últimos três meses.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CENTRO DE SELEÇÃO
FORMULÁRIO TRABALHADOR ASSALARIADO**

NOME DO CANDIDATO:

Nome do integrante do grupo familiar:

Data: ____ / ____ / ____ . **Responsável pelo Recebimento:** _____

ANEXO IV – B

**FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
ATIVIDADE RURAL**

NOME DO CANDIDATO:
Nome do integrante do grupo familiar:
ATIVIDADE RURAL: <input type="checkbox"/> Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; <input type="checkbox"/> Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ; <input type="checkbox"/> Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros da família, quando for o caso; <input type="checkbox"/> Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas; <input type="checkbox"/> Notas fiscais de vendas.

 <p>INSTITUTO FEDERAL GOIÁS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS CENTRO DE SELEÇÃO FORMULÁRIO ATIVIDADE RURAL</p>
NOME DO CANDIDATO:	
Nome do integrante do grupo familiar:	
Data: ____ / ____ / ____ . Responsável pelo Recebimento: _____	

ANEXO IV – C

**FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS**

NOME DO CANDIDATO:

Nome do integrante do grupo familiar:

AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS:

() Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quanto houver;

() Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de sua família, quando for o caso;

() Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada;

() Extratos bancários dos últimos (03) meses.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CENTRO DE SELEÇÃO
FORMULÁRIO AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS**

NOME DO CANDIDATO:

Nome do integrante do grupo familiar:

Data: ____ / ____ / ____ . **Responsável pelo Recebimento:** _____

ANEXO IV – D

**FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
APOSENTADOS E PENSIONISTAS**

NOME DO CANDIDATO:

Nome do integrante do grupo familiar:

APOSENTADOS E PENSIONISTAS:

- () Extrato do recebimento do benefício referente aos últimos 3 (três) meses;
- () Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- () Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CENTRO DE SELEÇÃO
FORMULÁRIO APOSENTADOS E PENSIONISTAS**

NOME DO CANDIDATO:

Nome do integrante do grupo familiar:

Data: ____ / ____ / ____ . **Responsável pelo Recebimento:** _____

ANEXO IV – E

**FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS**

NOME DO CANDIDATO:

Nome do integrante do grupo familiar:

RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:

- () Rendimentos de aluguel ou arrendamento de bens móveis e imóveis;
- () Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos;
- () Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CENTRO DE SELEÇÃO
RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E
IMÓVEIS**

NOME DO CANDIDATO:

Nome do integrante do grupo familiar:

Data: ____ / ____ / ____ . **Responsável pelo Recebimento:** _____

ANEXO IV – F

**FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
SERVIDORES PÚBLICOS**

NOME DO CANDIDATO:

Nome do integrante do grupo familiar:

SERVIDORES PÚBLICOS:

- () Contracheques dos últimos 3 (três) meses;
- () Extratos bancários dos últimos 3 (três) meses;
- () Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CENTRO DE SELEÇÃO
FORMULÁRIO SERVIDORES PÚBLICOS**

NOME DO CANDIDATO:

Nome do integrante do grupo familiar:

Data: ____ / ____ / ____ . **Responsável pelo Recebimento:** _____

ANEXO IV – G**FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
DESEMPREGADO OU DO LAR****NOME DO CANDIDATO:****Nome do integrante do grupo familiar:****DESEMPREGADO OU DO LAR:**

- () Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS atualizada, página da foto frente e verso, página onde está registrado o desligamento (último contrato de trabalho) e a página em branco subsequente;
- () Declaração informando que está desempregado e se exerce ou não trabalho esporádico, se recebe pensão, renda de aluguel e/ ou arrendamento, e os valores percebidos, com assinatura reconhecida em cartório;
- () Termo de Rescisão do último Contrato de Trabalho e comprovante de recebimento de Auxílio-Desemprego;
- () Última Declaração do Imposto de Renda, e no caso de **isentos** apresentar a Declaração de nada consta disponível no *sítio* da Receita Federal, www.receita.fazenda.gov.br.

**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS****MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CENTRO DE SELEÇÃO
FORMULÁRIO DESEMPREGADO OU DO LAR****NOME DO CANDIDATO:****Nome do integrante do grupo familiar:****Data:** ____ / ____ / ____ . **Responsável pelo Recebimento:** _____

ANEXO V

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

As informações deste questionário em nada influenciarão sua avaliação como candidato.

01 - Qual o seu estado civil?

- A. Solteiro.
- B. Casado.
- C. Desquitado / Separado.
- D. Divorciado.
- E. Viúvo.

02 - Qual a sua religião?

- A. Católica.
- B. Espírita.
- C. Evangélica.
- D. Outras.
- E. Nenhuma.

03- Em que região você nasceu?

- A. Sul - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- B. Sudeste - Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.
- C. Centro-Oeste - Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- D. Norte - Amapá, Amazonas, Para, Rondônia, Roraima.
- E. Nordeste - Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

04 - Qual a sua escolaridade?

- A. Ensino Fundamental - (antigo 1º Grau).
- B. Ensino Médio - incompleto (antigo 2º Grau).
- C. Ensino Médio - completo (antigo 2º Grau).
- D. Ensino Superior - incompleto (antigo 3º Grau).
- E. Ensino Superior - completo (antigo 3º Grau).

05 - Em que tipo de escola você estudou?

- A. Só em escola pública.
- B. Só em escola particular.
- C. Maior parte dos anos em escola particular.
- D. Maior parte dos anos em escola pública.
- E. Escola conveniada.

06 - Qual o turno que fez o seu curso?

- A. Todo diurno.
- B. Todo noturno.
- C. Maior parte diurno.
- D. Maior parte noturno.

07 - Você frequentou cursinho preparatório para o IFG?

- A. Não.
- B. Sim, menos de um semestre.
- C. Sim, um semestre.
- D. Sim, por um ano.
- E. Sim, mais de um ano.

08 - Quantas vezes você prestou o exame de seleção no IFG?

- A. Nenhuma.
- B. Uma vez.
- C. Duas vezes.
- D. Três vezes.
- E. Mais de três vezes.

09 - Você já iniciou curso superior?

- A. Não.
- B. Sim, mas abandonei.
- C. Sim, estou cursando.
- D. Sim, mas já conclui.

10 - Você exerce atividade remunerada?

- A. Não.
- B. Sim, em tempo parcial (até 30 horas semanais).
- C. Sim, em tempo integral (mais de 30 horas semanais).
- D. Sim, trabalho eventual.

11 - Qual a sua ocupação?

- A. Estudante.
- B. Contratado com carteira de trabalho assinada.
- C. Servidor público.
- D. Trabalhador autônomo.
- E. Aposentado.

12 - O candidato pretende trabalhar enquanto faz o curso?

- A. Não.
- B. Sim, mas apenas em estágios.
- C. Sim, mas apenas nos últimos anos.
- D. Sim, desde o 1º ano em tempo parcial.
- E. Sim, desde o 1º ano em tempo integral.

13 - Qual a sua renda mensal?

- A. Menos de 1 salário mínimo.
- B. De 1 a 3 salários mínimos.
- C. Mais de 3 a 6 salários mínimos.
- D. Mais de 6 a 10 salários mínimos.
- E. Mais de 10 salários mínimos.

14 - Qual a sua participação na vida econômica da família?

- A. Não trabalha e seus gastos são financiados pela família ou por outras pessoas.
- B. Trabalha, mas recebe ajuda financeira da família ou de outras pessoas.
- C. Trabalha, e é responsável pelo seu próprio sustento, não recebendo ajuda financeira.
- D. Trabalha, e é responsável pelo próprio sustento, e contribui parcialmente para o sustento de outras pessoas.
- E. Trabalha, e é o principal responsável pelo sustento da família.

15 - Quantas pessoas compõem sua família?

- A. De 1 a 2 pessoas.
- B. De 3 a 4 pessoas.
- C. De 5 a 6 pessoas.
- D. De 6 a 10 pessoas.
- E. Mais de 10 pessoas.

16 - Qual a renda mensal de sua família (todos que residem na sua casa)?

- A. Menos de 1 salário mínimo.
- B. De 1 a 3 salários mínimos.
- C. Mais de 3 a 6 salários mínimos.
- D. Mais de 6 a 10 salários mínimos.
- E. Mais de 10 salários mínimos.

17 - Qual o motivo que o levou a escolher um curso no IFG?

- A. Qualificação profissional.
- B. Exigência do serviço.
- C. Melhoria salarial.
- D. Preparação para o vestibular.
- E. Ser escola pública.

18 - Qual o seu ramo de atividade?

- A. Saúde.
- B. Educação.
- C. Indústria.
- D. Comércio.
- E. Outros.

19 - Qual o tipo de sua moradia?

- A. Própria.
- B. Cedida.
- C. Financiada.
- D. Alugada.
- E. Outras.

20 - Qual o tipo de atividade da qual você mais participa?

- A. Religiosa.
- B. Artística e cultural (cinema, festa, show).
- C. Político partidária.
- D. Esportiva.
- E. Nenhuma.

21 - Qual o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informado?

- A. Jornal escrito/revista.
- B. Televisão.
- C. Rádio.
- D. Internet.
- E. Outros.

22 - Qual o meio de transporte utilizado para ir à escola?

- A. Ônibus urbano.
- B. Ônibus interurbano.
- C. Bicicleta / à pé.
- D. Carro próprio.
- E. Moto própria.

23 - Como você tomou conhecimento do Processo Seletivo do IFG?

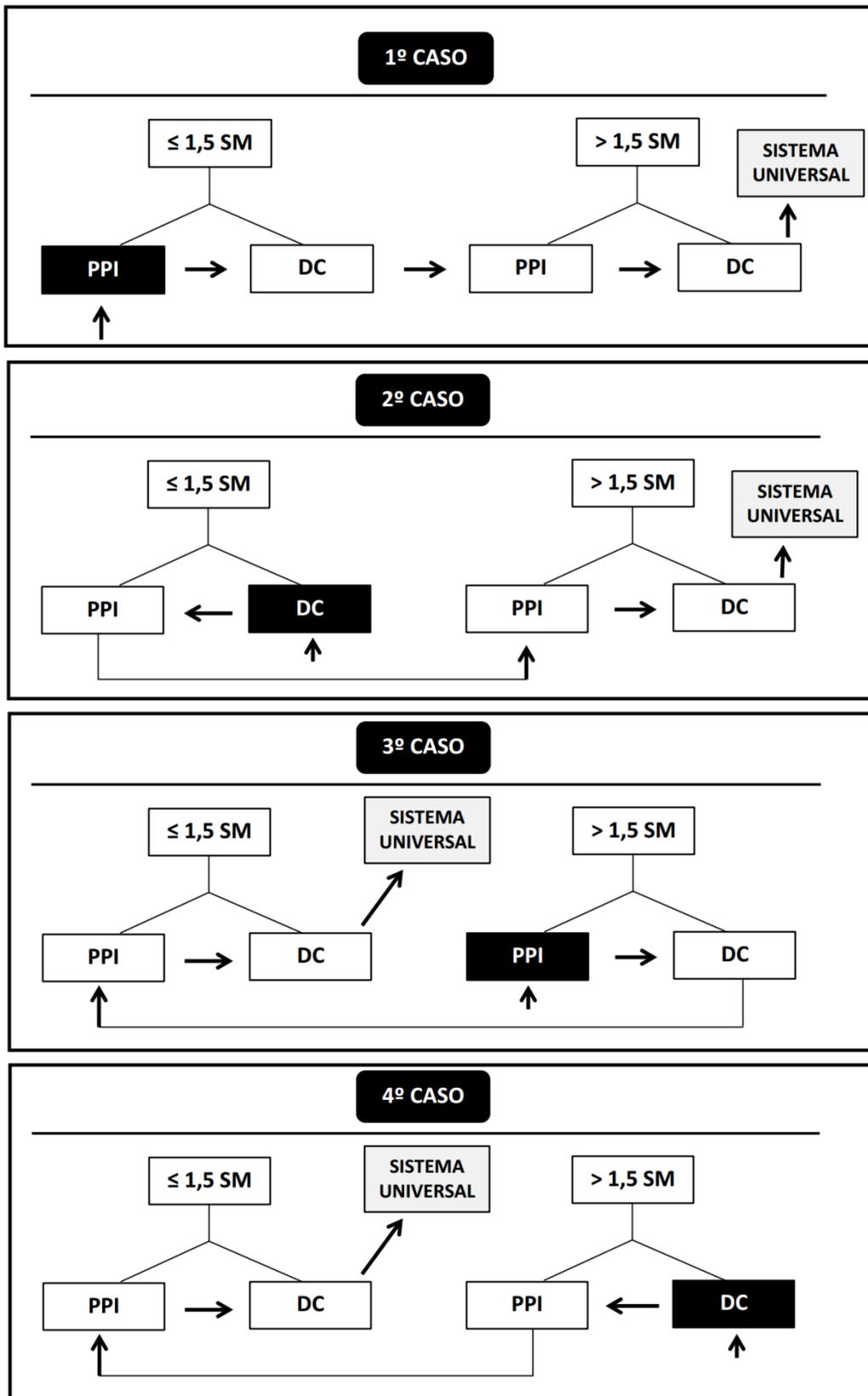
- A. Jornais / Internet.
- B. Material gráfico (cartazes/panfletos).
- C. Televisão / Rádio.
- D. Escolas de Ensino Médio / Cursinho.
- E. Amigos, vizinhos ou parentes.

24 - Qual a sua raça/etnia?

- A. Branca.
- B. Preta.
- C. Parda.
- D. Amarela.
- E. Indígena.

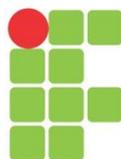
ANEXO VI

FLUXOGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE VAGAS



LEGENDA:

SM: Salário Mínimo; **PPI:** Estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; **DC:** Demais Candidatos.



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIÁS**

Reitor

Jerônimo Rodrigues da Silva

Diretor Executivo

Paulo Henrique de Souza

Pró-Reitor de Ensino

Adelino Cândido Pimenta

Gerente do Centro de Seleção

Carla Rosana Azambuja Herrmann

CÂMPUS ANÁPOLIS

Diretor: Daniel Silvar Barbosa

Av. Pedro Ludovico, s/n, Reny Cury. Anápolis-GO.

<http://www.anapolis.ifg.edu.br>

CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

Diretora: Ana Lúcia Siqueira de Oliveira

Rua Mucuri, Área, Lote 1-A, Parque Itatiaia – Aparecida de Goiânia-GO.

<http://www.aparecida.ifg.edu.br>

CÂMPUS GOIÂNIA

Diretor: Alexandre da Silva Duarte

Rua 75, nº 46, Setor Central, Goiânia-GO.

<http://www.goiania.ifg.edu.br>

CÂMPUS INHUMAS

Diretor: Alan Keller Gomes

Av. Universitária, s/nº, Vale das Goiabeiras, Inhumas-GO.

<http://www.inhumas.ifg.edu.br>

CÂMPUS ITUMBIARA

Diretora: Aline Silva Barroso

Av. Furnas, nº 55, Village Imperial, Itumbiara-GO.

<http://www.itumbiara.ifg.edu.br>

CÂMPUS JATAÍ

Diretora: Mara Rúbia de Souza Rodrigues Moraes

Rua Riachuelo nº 2.090. Bairro Samuel Graham. CEP: 75804-020. Jataí - GO.

<http://www.jatai.ifg.edu.br/>

CÂMPUS LUZIÂNIA

Diretor: José Carlos Barros Silva

Rua São Bartolomeu, Bairro Vila Esperança, Luziânia-GO.

<http://www.luziania.ifg.edu.br>

CÂMPUS URUAÇU

Diretor: Leonne Borges Evangelista

Rua Formosa, Qd. 28/29, Loteamento Santana, Uruaçu-GO.

<http://www.uruacu.ifg.edu.br>